

## **Impactos da pandemia na extensão universitária brasileira: as experiências e os desafios da Assessoria Jurídica Universitária Popular**

Pandemic impacts on Popular University Extension: the experiences and challenges of  
Popular Legal Counsels

Emanuelly Orlando Borges de Oliveira<sup>1</sup>

Gabriela Gomes de Abreu<sup>2</sup>

Rogério Fernandes Rocha<sup>3</sup>



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

**RESUMO:** Neste artigo, registramos os principais impactos causados na atuação das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP) pela pandemia da COVID-19. As AJUP, enquanto extensões universitárias, tiveram seus projetos impactados pelas medidas de contenção da infecção. Utilizamos entrevistas semiestruturadas com membros de onze AJUP do Brasil, distribuídas entre as cinco regiões do país. Através do destaque das principais diferenças entre as formas de atuações das AJUP, antes e durante a pandemia, indicamos quais são os novos desafios enfrentados por elas em onze bases comuns de orientação-formação, propostas por Assis da Costa Oliveira. Apesar dos desafios, as novas formas de resistência e protagonismo das(os) ajupianas(os) indicam que o projeto de luta por direitos está vivo e pulsante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assessoria Jurídica Universitária Popular. Pandemia da COVID-19. RENAJU. Assistência jurídica/social. Extensão Universitária.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Pedro Nascimento (NAJUP PN). E-mail: [emanuellyorlandoborges@gmail.com](mailto:emanuellyorlandoborges@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Pedro Nascimento (NAJUP PN). E-mail: [gabigomes.abreu@gmail.com](mailto:gabigomes.abreu@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando e mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Direito pela UFG. Docente dos cursos de Direito da UFG e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: [rogerio\\_rocha@ufg.br](mailto:rogerio_rocha@ufg.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0466-3050>.

**ABSTRACT:** In this article, we discuss the main impacts provoked by COVID-19 pandemic in the Popular Legal Counsel's (AJUP) performances. As popular university extensions, the AJUP had their projects impacted by coronavirus' contention measures. We used semistructured interviews with members from eleven Brazilian AJUP, distributed in the country's five regions. Highlighting the main differences between the performances of the AJUP, before and during the pandemic, we indicated what are the new challenges faced by them in eleven common bases of orientation-conformation, proposed by Assis da Costa Oliveira. Despite the challenges, the new ways of resistance and protagonism of the students indicate that their fight-for-rights project is alive and pulsating.

**KEYWORDS:** Popular Legal Counsels. COVID-19 Pandemic. RENAJU. Legal/social assistance. Popular university e extension.

## INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe diversas mudanças no cenário internacional, afetando drasticamente a rotina, a saúde e, de maneira geral, a vida de todos os sujeitos. Não alheias a esta realidade, as Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP), espalhadas por todo o território brasileiro, foram subitamente expostas a novas dificuldades e limitações, sobretudo no que tange as suas atuações vinculadas ao apoio às comunidades vulneráveis e aos movimentos sociais.

Através da exposição e análise de relatos colhidos em entrevistas realizadas com membros de onze AJUP, debateremos sobre as principais diferenças entre as atuações dos grupos antes e durante a pandemia, além de investigar quais são os novos impasses enfrentados na execução de tais atuações e, por fim, comparar as opiniões das(os)<sup>4</sup> membros em relação ao desempenho de assistência jurídica e/ou social aliada à Assessoria Jurídica Popular (AJP).

A construção deste artigo partiu do propósito de reafirmar a importância das AJUP e de sua organização em Rede, em especial, frente ao atual cenário político-ideológico e sanitário no qual se encontra o país, marcado pelo negacionismo à ciência, ataques à educação pública e

---

<sup>4</sup>Por um posicionamento político, optamos pelo uso das palavras no feminino antes de suas referências no masculino.

o completo descaso com a saúde do povo. As AJUP caracterizam-se como “uma **perspectiva ideológica** ligada a certos **grupos estudantis** do direito, que, de modo **auto-organizado** e geralmente ligados à **extensão universitária**, colocam-se ao lado dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes” (ALMEIDA, 2015, p. 77, grifo da autora). Nesse sentido, possuem o papel de resistência e combate às instituições opressoras da sociedade de classes e de apoio à luta popular na conquista e efetivação de direitos.

As AJUP nascem, como aponta RIBAS (2008, p. 93), “da ‘indignação ética’” de suas/seus integrantes com o ensino dogmático e doutrinador (e, acrescentamos, conservador) do direito nas universidades; com a prática jurídica desvinculada dos ideais de acesso à justiça e; com a realidade brasileira. Por isso, a orientação ideológica desses grupos está vinculada, principalmente, às correntes críticas do direito, como o direito insurgente e o Direito Achado na Rua (ou, “Direito Achado na Beira do Rio”, conforme adaptação utilizada pelo NAJUP<sup>5</sup> Cabano), desenvolvido a partir das ideias de Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Júnior.

Associada a essa visão crítica do direito, as AJUP adotam a Educação Libertadora, conceituada em Paulo Freire, como método basilar no desenvolvimento de suas atuações. Esse método, que se opõe à educação bancária ou depositária, também é conhecido como Educação Popular, principalmente “por sua opção política pelo povo (sujeitos oprimidos e explorados)” (GÓES JUNIOR, 2016, p. 307). Em *Que fazer: teoria e prática em educação popular*, Paulo Freire, dialogando com Adriano Nogueira, conceitua Educação Popular “como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19). Nesse sentido, a educação é compreendida como experiência coletiva, compartilhada, de modo que aquela(e) que ensina, aprende; e aquela(e) que aprende, ensina. Sendo assim, é construída a partir do diálogo, que, para ser autêntico, deve estar baseado em amorosidade, humildade, horizontalidade, confiança e no pensar crítico. É, portanto, através da Educação Popular que as AJUP se posicionam pelo povo, construindo, em conjunto com ele, um projeto político-ideológico que objetiva superar as relações de opressão, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1974, p. 52).

Enquanto grupos vinculados à extensão universitária *popular*, as AJUP possuem o papel de se posicionar em defesa de um modelo de extensão universitária voltada à sociedade, ao povo, não sendo “orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-

---

<sup>5</sup>Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Cabano.

orçamentários” (SANTOS, 2004, p. 54). A extensão universitária *popular* é compreendida como uma “experiência cognitiva”, “práxis dialético-dialógica da palavra com vistas à Justiça Social”, “comunhão de esforços transformadores para produzir vida com dignidade para todas as pessoas”. Trata-se do “encontro da universidade com o propósito libertador” e é por isso que visa ser “um espaço de reflexão e construção coletiva de saberes”, além de ser um meio para “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (GÓES JUNIOR, 2016, p. 309).

Dessa forma, tendo em vista o recente projeto de curricularização da extensão nas instituições de ensino superior do Brasil (BRASIL, 2018), é primordial que as AJUP participem ativamente do debate sobre os meios de implantação da obrigatoriedade da extensão, defendendo a) a autonomia e o protagonismo estudantis no meio extensionista; b) a extensão não seja distorcida a fim de manter o modelo universitário vigente, que prioriza o ensino e a pesquisa. É necessário pautar uma extensão que não retorne aos moldes impostos pela Ditadura Civil-Militar; que não seja menos relevante que a pesquisa e o ensino; que não se banalize e seja utilizada apenas como forma de obtenção de horas obrigatórias para conclusão do curso; que não se restrinja às salas de aula ou aos “muros das universidades”; nem deixe de ser entendida como “uma comunicação dialógica entre sujeitos a quem se dirige” para que não seja instrumento “mantenedor das relações de dominação” (ALMEIDA, 2016, p. 166)<sup>6</sup>.

Considerando a defesa e a promoção da Extensão autêntica (GÓES JUNIOR, 2016), é importante que as AJUP, de forma efetiva, proponham-se a fomentar a organização em Rede. Há dez anos, Assis da Costa Oliveira (2010, p. 111) expunha o que chamou de “a maior crise da Rede”, momento em que se debatia, na RENAJU (Rede de Assessorias Jurídicas Universitárias), os rumos das AJUP e da própria Rede, no contexto de saída do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Paraná (SAJU/UFPR) e proposta de criação de uma coordenação geral, que seria responsável por administrar a Rede (OLIVEIRA, 2010, p. 111). Embora certamente em situação delicada, pelo menos à época as AJUP ainda se propunham a se reunir, refletir e debater acerca de assuntos relevantes a todo o movimento. Hoje nem isso conseguimos: o último Encontro da RENAJU (denominado ERENAJU) foi realizado em 2017. Apesar de em 2019 termos tentado articular um novo Encontro para 2020, este teve que ser cancelado em razão da crise de COVID-19, que impossibilitou qualquer atividade presencial. Assim, desde março até outubro de 2020, a Rede

---

<sup>6</sup>Neste trecho, a autora dialoga com Paulo Freire a partir dos argumentos expostos por ele em *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1983).

se resumiu, basicamente, a um grupo de mídia social sem muita interação entre as(os) participantes.

Esta realidade é preocupante e deve ser problematizada por todas e todos que se propõem a “fazer AJUP” (OLIVEIRA, 2010, p. 114, grifo do autor), em especial frente ao atual cenário político, ideológico e sanitário do Brasil<sup>7</sup>. Neste momento, é essencial que as AJUP articulem-se para posicionar-se enquanto resistência política, em defesa de um projeto de sociedade voltada para o povo. Pensando nisso, em outubro de 2020, uma das AJUP que compõem a RENAJU se propôs a articular um encontro virtual da Rede, a fim de discutir sobre as dificuldades que as AJUP têm enfrentado para atuar durante a pandemia. A partir do debate, decidimos entrevistar cada um dos grupos presentes na reunião, a fim de identificar os pontos semelhantes e divergentes nas dificuldades de organização das AJUP e elencar as alternativas de atuação encontradas (ou não) por cada uma delas.

## METODOLOGIA

Com o intuito de compreender o impacto da pandemia da COVID-19 na atuação das AJUP do Brasil, optamos pela realização de entrevistas com onze AJUP, distribuídas entre as cinco regiões do país, quais sejam: Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Estadual de São Paulo - Franca (AJUP UNESP Franca - SP), Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isabel da Silva (MAJUP Isabel da Silva - PR), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Comunitária (NAJUC - CE), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Aqualtune (NAJUP Aqualtune - AL), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Cabano (NAJUP Cabano - PA), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Gabriel Pimenta (NAJUP Gabriel Pimenta - MG), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Josiane Evangelista (NAJUP Josiane Evangelista - GO), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Negro Cosme (NAJUP Negro Cosme - MA), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Pedro Nascimento (NAJUP Pedro Nascimento - GO), Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP Flor de Mandacaru - PB) e Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU USP - SP).

---

<sup>7</sup>Vale ressaltar que a banalização da crise sanitária pelo governo reacionário brasileiro, que não seguiu as recomendações das autoridades mundiais de saúde para refrear a disseminação da COVID-19, é responsável por quase sete milhões de casos confirmados da doença no país, que resultaram até o dia 11 de dezembro de 2020 em mais de 180 mil mortes (BRASIL, 2020).

A escolha desses grupos de extensão se deu devido à participação dos mesmos - à exceção do NEP Flor de Mandacaru - de um encontro virtual da RENAJU, realizado no dia 24 de outubro de 2020. Na ocasião, além de debatermos sobre as dificuldades de atuação das AJUP no contexto da pandemia, compartilhamos nossas experiências, preocupações e sentimentos relacionados aos impactos (internos e externos) provocados por ela. Em relação ao NEP Flor de Mandacaru, no segundo semestre de 2020 foi promovido o seminário *Curricularização da Extensão Universitária em Direito: debates e experiências*, sendo que em um dos encontros, a professora-coordenadora do núcleo, Ana Lia Almeida, socializou as experiências que o grupo obteve ao contatar os movimentos sociais e comunidades parceiras em busca de maneiras para colaborar no período da pandemia. Ao ouvirmos o relato, ficamos curiosas para conhecer mais sobre as atuações dessa AJUP, tanto no contexto de suspensão de atividades presenciais, quanto antes da pandemia começar. Por isso, decidimos convidá-las(os) a participar de uma entrevista.

Assim, por meio de um questionário esquematizado em 13 perguntas, coletamos os relatos de ajupianas e ajupianos acerca da(s/os): a) informações gerais sobre a AJUP; b) metodologia de atuação; c) organização interna; d) atuação dos grupos antes e durante a pandemia; e) opinião sobre prestação de assistência jurídica/social pelas AJUP; f) principais problemas (internos e externos) enfrentados durante a pandemia; g) atividades internas desenvolvidas para evitar a desarticulação; h) participação da(o) professor(a) coordenador(a)/orientador(a) nas atividades durante a pandemia. Para responder cada um desses pontos, utilizaremos as onze bases comuns de orientação-formação das AJUP, propostas por Assis da Costa Oliveira no artigo *Assessoria Jurídica Universitária Popular: bases comuns para rumos diferentes* (2010).

Em geral, buscando otimizar e ampliar os trabalhos desenvolvidos, as AJUP tendem a se dividir internamente em subgrupos - também conhecidos como frentes de atuação ou ainda, frentes de trabalho - que possuem eixos de atuação distintos, tais como assessoria a movimentos sociais que lutam pelo direito à terra e trabalho junto à população em situação de rua. Nesse sentido, é comum que as(os) integrantes não estejam diretamente envolvidas(os) em todas as frentes, tendo mais contato com uma ou duas dessas e, por isso, mais intimidade para relatar as atividades desenvolvidas nela(s). Pensando nisso, e também com o intuito de captar a diversidade de opiniões e experiências, optamos por convidar mais de um(a) membro por AJUP. Isso tornou viável a obtenção de um panorama geral sobre a organização, as metodologias de atuação e os trabalhos desenvolvidos por cada um dos grupos entrevistados.



Todos os relatos foram anotados durante as entrevistas e, posteriormente, organizados em uma tabela, a fim de que a análise quantitativa fosse facilitada, possibilitando a problematização dos dados na análise qualitativa. O nosso objetivo é analisar as atuações das AJUP entrevistadas através de uma metodologia comparativa, refletindo sobre as principais diferenças e semelhanças entre os trabalhos dos grupos antes e durante a pandemia, além de apontar quais são os novos impasses enfrentados na execução de tais atuações. Ademais, a partir da comparação das opiniões das(os) membros, propomo-nos a retomar o antigo debate sobre a prática de assistência jurídica e/ou social dentro das AJUP.

Todo o processo que nos possibilitou construir este artigo também foi, certamente, perpassado por dificuldades. Apesar de o alcance às(aos) membros ter sido facilitado pelo contato via mídias sociais, a adoção do regime de aulas remotas nas universidades trouxe uma sobrecarga de obrigações sobre as(os) integrantes das AJUP, de maneira que encontrar um horário que atendesse a todas(os) foi desafiador. Portanto, não podemos deixar de agradecer a todas(os) as(os) companheiras(os) que se disponibilizaram a construir este estudo conosco. Seguimos juntas e juntos na luta!

## **RELATOS**

Cada AJUP é única. Possui estilos de atuação particulares que variam de acordo com as comunidades e/ou movimentos que assessoram; com a realidade social da cidade em que desenvolvem suas atividades; com a universidade a qual estão vinculadas e; com as(os) membros que as integram. Alguns grupos possuem mais integrantes; outros contam com apenas algumas/alguns membros. Alguns grupos atuam em várias frentes ou eixos, com comunidades e movimentos distintos; já outros concentram sua militância na assessoria de apenas um movimento ou comunidade específica. Alguns grupos contam com a presença ativa de suas(seus) professoras(es) coordenadoras(es); outros alegam que essas(es) docentes só desempenham funções burocráticas (e algumas/alguns não se dispõem nem a isso). Além disso, cada grupo é único porque cada um(a) das(os) membros traz suas próprias individualidades, fazendo contribuições e construindo experiências singulares.

Por outro lado, apesar de soar contraditório, é justamente nessas particularidades que as AJUP se identificam.

Em *Assessoria Jurídica Universitária Popular: bases comuns para rumos diferentes*, Assis da Costa Oliveira (2010) aponta onze bases comuns de orientação-formação das AJUP: 1) descobrir-se coletivamente; 2) projeto político; 3) institucionalização; 4) interdisciplinaridade; 5) formação interna; 6) intercâmbio regional e nacional; 7) rede de parceiros; 8) ação extensionista; 9) divulgação e produção; 10) registro histórico; 11) fomentar o Tesão. Utilizaremos essas bases, não necessariamente na ordem construída pelo autor ou de maneira individual, para analisar como as AJUP têm se articulado durante a pandemia da COVID-19.

### **1) Institucionalização: a autonomia estudantil nem sempre é uma escolha**

Para institucionalizar sua atuação, a maioria das AJUP se registram como projetos de extensão universitária, precisando cadastrar professoras(es) como coordenadoras(es) para a viabilidade desses. Esta função de “coordenar” uma AJUP, em geral, é “ilustrativa” e, portanto, não deve estar associada a papéis tradicionais que verticalizam a relação educador(a)-educanda(o), mas, sim, ao apoio e orientação das(os) estudantes. Assim, trata-se de uma relação horizontal, na qual todos os sujeitos possuem opiniões relevantes e contribuem coletivamente para o desenvolvimento do grupo, em consonância com os princípios da AJP. No entanto, o envolvimento dessas(es) docentes varia em cada núcleo, sendo que, enquanto algumas AJUP podem contar com a colaboração efetiva de suas/seus coordenadoras(es), outras só recorrem a elas(es) para resolver burocracias.

Entre as AJUP entrevistadas, seis relataram o efetivo envolvimento da(o) docente coordenador(a) nas atividades internas e externas desenvolvidas pelo grupo antes do início da pandemia. Ao comentarem sobre a importância da presença constante da(o) docente, as(os) ajupianas(os) destacaram a ajuda que recebem para: a) organizar-se internamente (ponto fundamental para a viabilização da atuação externa); b) promover formação teórica das(os) membros e; c) receber apoio da faculdade/universidade, na qual estão inseridas(os). Além disso, pontuaram que, como muitas(os) dessas(es) professoras(es) já estiveram envolvidas(os) com práticas extensionistas anteriormente, suas experiências colaboram para o crescimento do grupo. Em seus relatos, as(os) membros dessas AJUP afirmaram que a presença da(o) coordenador(a) durante a pandemia foi importante para se organizarem e descobrirem formas para adaptar suas atuações à nova realidade de restrição de atividades presenciais.



Para os outros grupos, essa relação de companheirismo e apoio entre docente-ajupiana(o) nem sempre é possível. Entre os problemas elencados pelas(os) entrevistadas(os), o que se destaca é a falta de professoras(es) nas faculdades de direito que estejam dispostas(os) a participar ativamente de um grupo extensionista. O fato é que a maior parte das faculdades de direito do país carece de professoras(es): a) interessadas(os) em desenvolver atividades de extensão que não se limitem aos “muros” das faculdades; b) que se identifiquem com vertentes ideológicas que fujam da perspectiva juspositivista do direito e; c) que estejam dispostas(os) a atuar juntas(os) com o grupo que coordenam sem ofuscar a autonomia das(os) estudantes. Nesse sentido, uma das AJUP ressaltou que a autonomia estudantil, apesar de imprescindível, nunca foi uma escolha. Isso porque poucas vezes puderam contar com o apoio institucional para desenvolver suas atividades. Os grupos relataram que a ausência de um(a) professor(a) coordenador(a) atuante não foi prejudicial para manter a articulação na pandemia, visto que já estavam acostumados a dar seguimento à atuação sozinhos. Por outro lado, também consideram que seria interessante ter um(a) professor(a) próxima(o) - desde que o protagonismo estudantil não fosse afetado - para ajudar na formação teórica e contribuir com apoio institucional, visto que notam que é mais fácil fazer atividades dentro da universidade quando se tem docentes envolvidas(os).

A partir da análise dos relatos, identificamos que, independentemente de terem professoras(es) coordenadoras(es) presentes ou não, a totalidade das AJUP entrevistadas prezam pelo protagonismo estudantil dentro dos grupos.

## **2) O descobrir-se coletivamente e a formação interna**

Como alude Assis da Costa Oliveira (2010, p. 114), a questão do “descobrir-se coletivamente” está associada ao entendimento das AJUP como grupo construído de forma coletiva, produto da reunião de indivíduos que compartilham a vontade e o compromisso de “construírem/participarem destas entidades”. O autor ressalta, ainda, que o desenvolvimento dessa construção coletiva deve acontecer sem que algumas/alguns integrantes sejam sobrecarregadas(os) com as atividades desenvolvidas pelo grupo.

Todavia, essa é uma dificuldade da maioria das AJUP entrevistadas. São poucas as pessoas dispostas a se dedicarem a, de fato, *fazer AJUP*, o que acarreta em uma sobrecarga de funções: oito dos grupos entrevistados possuem uma quantidade significativa de membros

inativas(os), sendo que em seis deles essa quantia corresponde a pelo menos 50% das(os) integrantes. Isso provoca o desgaste e até a desarticulação da AJUP, porque, eventualmente, as(os) membros ativos(os) terão que deixar o grupo, seja por estarem se formando, seja pelo desejo de se dedicarem a outras atividades ou, até mesmo, pela própria sobrecarga dentro do núcleo. Nesse ponto, uma das AJUP relatou que foi necessário repensar a sua organização interna, pois as(os) membros ativos(os) estavam saindo do grupo justamente por estarem sobrecarregadas(os).

Essa situação intensificou-se após início da pandemia da COVID-19: oito AJUP relataram que houve aumento de sobrecarga em determinadas(os) membros porque a) muitas(os) tiveram problemas familiares e de saúde física e/ou mental, tendo que se afastar das atividades e; b) o distanciamento dificultou a comunicação entre as(os) integrantes, já que muitas(os) retornaram para suas cidades de origem ou estão em lugares com baixa conectividade.

Durante a pandemia, sete das AJUP entrevistadas recorreram à formação interna como forma de evitar a desarticulação e para se prepararem melhor para quando fossem voltar a atuar presencialmente. Oliveira (2010, p. 118) afirma que “a formação interna deve ser contínua, com ênfase no caráter permanente da tarefa” e que “tem peso fundamental no processo de constituição das marcas identitárias da AJUP”, de maneira que se caracteriza, também, como um passo importante no processo de construção coletiva do grupo, uma vez que contribui para “a determinação de posições majoritárias em relação a determinados assuntos”. Todavia, a rotatividade das(os) membros pode se tornar um impasse à continuidade da formação interna, em razão da necessidade de retomar a leitura das mesmas obras a fim de que as(os) novas(os) integrantes possam iniciar sua formação (ALMEIDA, 2016).

### 3) Os intercâmbios regional e nacional mantêm o Tesão<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>“Art. 2º. Entende-se por Tesão, para os fins desta lei e qualquer outro que se possa imaginar, a paixão, o entusiasmo, a alegria, a motivação e a juventude necessárias à construção de um mundo livre e igualitário, onde a felicidade e a beleza sejam experiências cotidianas.

§1º. O Tesão não se restringe a sua dimensão libidínica e sexual, porém não a exclui, devendo estar presente esta dimensão sempre que possível.

§2º. A juventude de que fala o caput deste artigo não diz respeito à idade.” (RENAJU, 2016, p. 460)

O intercâmbio regional e nacional entre as AJUP é viabilizado através do ERENAJU e outras reuniões regionais que formam a agenda da Rede. Além de serem espaços de descontração e intercâmbio cultural, os momentos de socialização e troca de experiências e saberes proporcionados por esses eventos são de extrema importância para o desenvolvimento e amadurecimento dos grupos e também para o fortalecimento da Rede e a manutenção do Tesão.

Infelizmente, como já exposto, o Encontro Nacional das AJUP não ocorre desde 2017, o que desencadeou em um preocupante processo de desarticulação da RENAJU. Nesse contexto, a pandemia da COVID-19 agravou a situação da Rede, já que impossibilitou a realização do ERENAJU 2020, em Teresina (PI), que visava reavivar a mesma.

A atual realidade da RENAJU é reflexo do que está acontecendo internamente na maioria das AJUP que a compõem, principalmente durante a pandemia. No que tange aos grupos entrevistados, todos relataram dificuldades de articulação interna, sejam elas *mais* ou *menos* intensas, havendo a necessidade de se reinventarem no novo contexto sanitário.

No ano de 2019, durante encontro ocorrido em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás, as AJUP do Centro-Oeste (AJUP Roberto Lyra Filho<sup>9</sup>, NAJUP Josiane Evangelista e NAJUP Pedro Nascimento) decidiram formar uma articulação em rede entre os grupos do Cerrado (Rede de Assessoria Jurídica Universitária Popular do Cerrado - CERRAJUP), com o intuito de fomentar a criação de novas assessorias na região e também como “forma de fortalecimento e aprendizado dos núcleos que tratam de singularidades semelhantes, para que assim possamos articular ainda mais o entendimento estrutural e sociológico de nossa região” (CERRAJUP, 2019, p. 1).

Durante a pandemia, uma das formas encontradas pela CERRAJUP para dar prosseguimento as suas atividades e colocar em prática as intenções da Rede, foi através da estruturação e organização de um curso introdutório a AJP para as(os) discentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Cidade de Goiás (GO). Contudo, mesmo sendo uma nova forma de atuação durante o período de isolamento social, as AJUP ainda enfrentam dificuldades para seu desenvolvimento, principalmente devido aos impasses de articulação interna de cada grupo.

#### **4) Fazer AJUP na pandemia: projeto político, parceiros e atuação**

---

<sup>9</sup>Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho, Universidade de Brasília (UnB).

Como já exposto, as AJUP desenvolvem um projeto político-ideológico que objetiva superar as relações de opressão existentes na sociedade de classes, estabelecendo uma “relação intrínseca com o popular, a partir de um *compromisso ético* com as populações oprimidas, apoiando-as e impulsionando-as ao protagonismo histórico na luta pela efetivação de seus direitos” (DIEHL, 2009, p. 9, grifo do autor). Por isso, suas atuações estão associadas ao desenvolvimento de atividades junto a comunidades periféricas, urbanas ou rurais, e a movimentos sociais.

Antes de estabelecer conexões e desenvolver atividades com um movimento ou comunidade, as AJUP precisam ponderar o potencial revolucionário de sua atuação com esses grupos. Nesse sentido, a fim de compreender melhor a atuação das AJUP, é necessário considerar a realidade social do Brasil e, de maneira mais específica, da região em que cada uma delas atua. Como alude Diehl (2012, p. 1023),

o critério para a definição do chamado “foco de atuação” da AJP não pode ser apenas a carência ou a precariedade da situação de vida de setores específicos das classes oprimidas, mas o **potencial insurgente e transformador** que a atuação política organizada dos diferentes setores dessas classes contém em si (grifo nosso).

#### 4.1 Luta pela Terra

Para analisarmos quais são esses grupos aos quais Diehl (2012) refere-se, é importante refletirmos sobre o histórico de reprodução da desigualdade social no Brasil. Nunca houve, no país, uma política pública eficaz de distribuição de terras voltada à redução de tais desigualdades. Devemos salientar que a Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, aboliu o regime de sesmarias e estabeleceu a compra como única forma de acesso à terra no Brasil, restringindo-a à elite da sociedade brasileira, impossibilitando a aquisição da propriedade da terra pela posse. Vale ressaltar que o processo de grilagem, utilizado por latifundiários para forjar documentos a fim de conseguir a propriedade da terra, persiste como uma técnica utilizada para se apropriar dos locais reivindicados pelo MST. Assim, a história do Brasil é marcada pela história da luta pela terra. Não é em vão que o MST é um dos maiores movimentos sociais do mundo e que tantos outros movimentos incorporem a luta pela terra no país.

Em relação às AJUP entrevistadas, a luta pela terra e moradia digna, seja no meio rural ou urbano, é a pauta que mais se repete, com atuação desenvolvida em nove delas. Os grupos

MAJUP Isabel da Silva, NAJUP Aqualtune, NAJUP Josiane Evangelista, NAJUP Pedro Nascimento e NEP Flor de Mandacaru desenvolvem atividades vinculadas aos acampamentos/assentamentos rurais, enquanto o NAJUC, NAJUP Cabano, NAJUP Negro Cosme e SAJU USP, atuam junto às comunidades urbanas. Isso não ocorre por acaso ou coincidência, mas, sim, porque

Tanto a “classe-que-vive-do-próprio-trabalho” quanto o campesinato, os povos indígenas, quilombolas ou demais “povos tradicionais” podem ser considerados oprimidos pelo atual sistema-mundo capitalista, e portanto são os sujeitos com os quais a AJP atua. Há entre todos esses setores sociais interesses e aspirações de direitos que se antagonizam com o Capital em si, contudo é a posição estratégica da “classe-que-vive-do-próprio-trabalho” que a torna o setor privilegiado para a construção de processos insurrecionais efetivos (DIEHL, 2012, p. 1028)

O MAJUP Isabel da Silva, desde 2019, atua com o *acampamento A*<sup>10</sup> do MST, no Paraná. As(os) ajupianas(os) relataram que, no decorrer desse período, haviam feito visitas (e já haviam se programado para fazer outras) às(aos) acampadas(os) e já estavam começando a criar vínculos com a comunidade, realizando reuniões internas para estruturarem os métodos de atuação que iriam adotar. Com o início da pandemia, entretanto, as atuações presenciais foram suspensas, fato que causou o enfraquecimento do contato entre AJUP e as(os) acampadas(os).

Durante a entrevista, as(os) integrantes do grupo relataram que as ordens de desocupação em áreas habitadas pelos movimentos de luta pela terra foram suspensas por causa da crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19. Esse relato foi recebido por nós com surpresa, isso porque a realidade de Goiás e de tantos outros Estados é completamente diferente: as demandas relacionadas a ordens de despejos cresceram de forma exponencial, mesmo com decretos que previam o distanciamento social e a interrupção de atividades presenciais. O espanto foi provocado, dessa forma, por ficarmos sabendo que, finalmente, em algum lugar do país as autoridades locais estavam adotando medidas mínimas para amenizar a disseminação do vírus.

Em relação às dificuldades internas durante a pandemia, as(os) entrevistadas(os) informaram que algumas/alguns membros tiveram problemas financeiros e de saúde - física e mental -, o que as(os) distanciou do desenvolvimento das atividades. Além disso, relataram que o grupo é majoritariamente composto por mulheres, essas que, no contexto do isolamento

---

<sup>10</sup>Tendo em vista a criminalização dos movimentos sociais, especialmente dos que lutam pela terra, e os sucessivos despejos em acampamentos e assentamentos, decidimos não citar o nome dos locais onde as AJUP realizam ou pretendem realizar algum tipo de atuação.

social, estão ainda mais sobrecarregadas que o de costume, especialmente com tarefas domésticas, dificultando a atuação das mesmas nos trabalhos da AJUP.

A partir de atuações baseadas na Educação Popular, nos princípios da escuta e da horizontalidade, o NAJUP Aqualtune desenvolve atividades de assessoria, assistência jurídica e acompanhamento processual junto ao *acampamento C*, do MST, em Alagoas. Antes da adoção de medidas de isolamento/distanciamento, visitavam o local a fim de colher as demandas e estabelecer conexões com a comunidade. Contudo, o atual contexto acarretou na perda de contato pessoal e de “vivência” com as(os) acampadas(os), implicando na não concretização dos planos almejados pelo grupo. Apesar disso, as(os) entrevistadas(os) relataram que as mudanças nessa frente não foram tão drásticas, de modo que continuam orientando muitos processos advindos da comunidade e, além disso, também ajuizaram uma ação civil pública com o intuito de pressionar o governo estadual a elaborar políticas públicas relativas à pandemia. Em relação aos problemas internos enfrentados pela AJUP durante a pandemia, as(os) entrevistadas(os) compartilharam que sentiram um cansaço do ambiente virtual e que algumas/alguns membros se distanciaram por um tempo, por questões emocionais e psicológicas.

O NAJUP Josiane Evangelista atua com os *acampamentos D e E*, do MST, em Goiás. O *acampamento D*, mais antigo, está apenas esperando a aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para formalizar-se. Antes da pandemia, o grupo desenvolvia atividades com o intuito de renovar a esperança e as forças das(os) acampadas(os) para a luta, visto que o acampamento espera pela aprovação há muitos anos. Seguindo a perspectiva da Educação Popular, as(os) ajupianas(os) relataram que os *temas geradores*<sup>11</sup> são colhidos a partir do contato com a comunidade, de maneira que a iniciativa de criar novos projetos parta das(os) assessoradas(os) e não daquelas(es) que prestam assessoria. Nesse sentido, entendendo que a criação de uma cooperativa seria vantajosa para as(os) acampadas(os), as(os) ajupianas(os) organizaram rodas de conversa para debater sobre a organização do acampamento, até que as(os) acampadas(os) pautaram, espontaneamente, a necessidade de se organizarem coletivamente. Ademais, as(os) entrevistadas(os) relataram que tinham vários projetos para desenvolver com o *acampamento D* em 2020, mas a pandemia

---

<sup>11</sup>O conceito de tema gerador, desenvolvido por Paulo Freire, faz referência aos assuntos recorrentes no cotidiano das comunidades, que possuem relação com a situação de opressão na qual essas se encontram, como a questão da violência policial em comunidades periféricas ou do conflito com latifundiários em acampamentos e assentamentos rurais.



frustrou todos eles, uma vez que tiveram que suspender as visitas presenciais. Na atuação com o *acampamento E*, que possui um histórico de perseguição política e judicial em Goiás, as(os) ajupianas(os) estavam recolhendo os temas geradores e auxiliando nos processos judiciais enfrentados pelo local, mas as visitas também foram interrompidas com o início da pandemia. Assim, a única atividade relativa aos *acampamentos D e E* que a AJUP realmente conseguiu organizar durante o período de isolamento social foi uma campanha de arrecadação de alimentos para os acampamentos.

A frente de apoio à luta pela terra no NAJUP Pedro Nascimento é recente (re)surgida<sup>12</sup> a partir do contato, da troca de experiências e ideias, de visitas à comunidade e do estabelecimento de conexões com membros do MST. Apesar de terem iniciado algumas atividades, as atuações de assessoria da frente logo foram suspensas devido à pandemia. Atualmente, o grupo participa de campanhas pelo fim dos despejos em meios urbanos e rurais no Estado de Goiás e acompanha alguns processos relacionados aos despejos que já aconteceram. Além disso, o núcleo também compõe a Campanha Periferia Viva - articulada em diversos Estados brasileiros, tendo o MST como um dos movimentos organizadores -, que possui o objetivo de arrecadar alimentos e produtos de higiene para pessoas em situações de vulnerabilidade. Assim, a atuação está restrita a questões pontuais, o que é motivo de preocupação das(os) ajupianas(os). Nessa perspectiva, uma das entrevistadas alegou, sendo acompanhada pelas(os) suas/seus parceiras(os), que já não vê a AJUP dividida em frentes: o que existe é um conjunto de pessoas que tentam evitar a desarticulação do grupo. Por esse motivo, descreve sua atuação como “pulverizada”.

O NEP Flor de Mandacaru relatou que atua com os conflitos de luta pela terra desde a sua criação. O grupo possui um trabalho de Educação Popular junto às comunidades, que se pauta no apoio à luta contra a criminalização dos movimentos sociais, em especial, dos que são ligados à luta pela terra. Assim como as outras AJUP, o núcleo tinha planos de atuação para 2020, mas estes foram interrompidos devido à pandemia. As(os) entrevistadas(os) relataram que, a fim de não se desarticularem e não abandonarem os seus movimentos e comunidades parceiros, fizeram uma *webconferência* com elas(es), na qual perguntaram como poderiam dar suporte em meio ao distanciamento social. A atuação do grupo continua sendo desenvolvida à distância, mas, em casos excepcionais, realizaram atividades presenciais, dentre elas, encontra-

---

<sup>12</sup>Há alguns anos, o NAJUP Pedro Nascimento desenvolveu atuações junto a um acampamento do MTST.

se a visita ao *acampamento F*, que estava sob ameaça de despejo em decorrência de um processo movido pelo proprietário da terra contra o INCRA.

Em relação aos desafios internos enfrentados pelo núcleo, uma das(os) entrevistadas(os) relatou que a dificuldade de comunicação constitui-se como elemento *destrutivo* ao núcleo. Essa realidade intensificou-se durante o período de paralisação das atividades e isolamento social. Além disso, contou que a UFPB, Universidade à qual estão vinculadas(os), está sofrendo intervenção federal frente à escolha do novo reitor da instituição, o que também prejudica os trabalhos da AJUP.

Em defesa da moradia digna no meio urbano, o NAJUC atua em parceria com comunidades periféricas e também participa do debate e construção do plano diretor de Fortaleza (CE). Anteriormente, adotando reuniões semanais aos sábados, o grupo precisou suspender as formações e atividades presenciais que desenvolvia junto às comunidades assessoradas, a fim de preservar a saúde de todas(os) as(os) envolvidas(os). Atualmente, o núcleo relata que as reuniões nos locais onde atuam estão escassas, o que o deixa sem muitas perspectivas de atuação. Ademais, a comunicação com as pessoas assessoradas foi prejudicada, já que muitas não possuem acesso à internet e/ou a aparelhos eletrônicos.

Durante o período de suspensão das atividades presenciais, preocupado com a situação das comunidades, tanto em relação à saúde, quanto às formas que essas encontrariam para sobreviver ao período, o grupo se organizou e promoveu uma campanha de arrecadação de alimentos, materiais de higiene e produtos afins. Além disso, as(os) entrevistadas(os) também relataram a luta pela suspensão da elaboração do plano diretor da cidade, porque, em razão da pandemia, os debates para sua formulação foram transferidos para o meio virtual, o que provocaria a exclusão de muitas pessoas oriundas de comunidades periféricas do debate.

A pauta de direito à cidade ligada ao NAJUP Cabano institucionalizou-se, primeiramente, como um grupo de pesquisa independente da AJUP. Ao perceberem que os grupos possuíam atuações e vertentes ideológicas próximas, decidiram se vincular um ao outro. Na *comunidade I*<sup>13</sup>, ribeirinha, pautaram o Direito Achado na Beira do Rio - uma vertente adaptada do Direito Achado na Rua - para debater, através da Educação Popular, sobre o direito ao território, à cidade e aos espaços urbanos. Com o advento da pandemia, entretanto, todas as atividades presenciais da AJUP foram suspensas, dando continuidade apenas àquelas realizadas de forma

---

<sup>13</sup>Da mesma maneira que na discussão sobre os movimentos de luta pela terra no meio rural, decidimos não citar o nome dos locais onde as AJUP realizam ou pretendem realizar algum tipo de atuação no meio urbano.

remota, como a elaboração de um documentário e de artigos científicos. As(os) entrevistadas(os) contaram que não houve desligamento de membros em decorrência da pandemia, entretanto, a conectividade entre as(os) integrantes foi dificultada, uma vez que a região amazônica sofre constantes quedas de energia e internet. Além disso, uma ajupiana relatou estar tendo problemas em relação a produtividade e desenvolvimento de trabalhos durante o período.

Na história do NAJUP Negro Cosme, a maioria dos projetos estiveram/estão relacionados ao direito à moradia. Integrado à *comunidade 2* - bairro atravessado por uma estrada de ferro -, o núcleo desenvolve suas atividades junto às pessoas que moram nos entornos e às margens de um trilho, sendo, por isso, ameaçadas de despejo em detrimento de planos de duplicação da estrada de ferro. Antes da pandemia, as(os) ajupianas(os) tentaram se inserir na comunidade de várias formas: pela associação de moradoras(es), pela biblioteca da comunidade, sempre tentando estabelecer o contato com as lideranças locais a fim de criarem vínculos com aqueles sujeitos. Nesse processo, a AJUP promoveu entrevistas com as(os) moradoras(es) para saber a relação destas(es) com a comunidade, sendo que, logo de início, sentiram dificuldades em unir as pessoas do local, visto que, como a vila é grande, havia aquelas(es) que se importavam com a situação habitacional e outras(os) que, inclusive, queriam que suas/seus vizinhas(os) fossem despejadas(os). Tendo em vista essa realidade, pensaram em realizar oficinas organizadas com o propósito de instigar o processo de percepção dessas pessoas como grupo que possui os mesmos interesses. Infelizmente, as atividades do núcleo não deram certo, tendo pouca adesão pelas(os) membros da vila. Ao mesmo tempo, a empresa responsável pela estrada de ferro fragmentou os processos contra a comunidade para dificultar a resistência e organização dessa. Isso levou o grupo e as(os) moradoras(es) a fazerem vigília na porta das casas para que os despejos fossem evitados. Uma reunião entre empresa e comunidade chegou a ser realizada, porém a empresa não mostrou interesse em fazer acordos. Por fim, antes de ter suas atividades suspensas, o grupo relatou que escreveu um projeto e traçou os objetivos para a atuação junto à comunidade, deixando, contudo, espaço para adaptações de acordo com as necessidades. Já durante a pandemia, as(os) entrevistadas(os) relataram que a constância de algumas/alguns membros no núcleo foi afetada em decorrência de questões emocionais e psicológicas.

O SAJU USP possui três frentes de atuação: SAJU Cárcere, SAJU Cidade e SAJU Tuíra. O SAJU Cidade atua junto às ocupações urbanas da região metropolitana de São Paulo, por meio de encontros mensais, promovendo formações políticas - a partir da metodologia da

Educação Popular e de eixos jurídicos urbanos - e participando de reuniões internas das ocupações. Todavia, a pandemia e o consequente isolamento social tornaram as visitas às ocupações inviáveis. Assim, a AJUP atuou apenas de maneira remota, compondo a campanha Periferia Viva e inscrevendo um projeto para concorrer a uma bolsa, a fim de comprar chips com acesso à internet para as(os) alunas(os) de um cursinho popular parceiro. No contexto geral da AJUP, as(os) entrevistadas(os) relataram que a faculdade adotou o regime de aulas remotas sem desenvolver políticas de inclusão às(aos) alunas(os) que possuem dificuldade de acesso à internet e aparelhos eletrônicos. Em decorrência disso, muitas(os) membros orgânicas(os) do grupo não conseguem participar de algumas reuniões. A fim de tentar diminuir esse problema e de colaborar para que as(os) estudantes conseguissem enfrentar a pandemia, o SAJU USP organizou um auxílio permanência para as(os) integrantes do núcleo que precisavam.

#### 4.2 Escolas Públicas

A próxima pauta recorrente entre as AJUP entrevistadas se refere às atuações junto às(aos) alunas(os) de escolas públicas, com atividades desenvolvidas pelo o NAJUP Cabano, NAJUP Josiane Evangelista e NAJUP Pedro Nascimento.

A atuação junto às escolas públicas, no NAJUP Cabano, integra a frente do Direito à Cidade, na qual a AJUP promove rodas de conversa com as(os) alunas(os) sobre o direito ao acesso aos espaços e equipamentos públicos e acerca da importância de lutar por ele. Com o início da pandemia, entretanto, as atividades foram suspensas, em razão do isolamento social e da consequente interrupção das aulas presenciais.

O contexto de Jataí, cidade do NAJUP Josiane Evangelista, é de completa desarticulação do Movimento Estudantil Secundarista, visto que, basicamente, nenhuma escola possui grêmio estudantil. Por esse motivo, a frente surgiu com o intuito de incentivar a organização coletiva das(os) estudantes dentro das escolas, estimulando o protagonismo estudantil em ambientes comumente verticalizados. O grupo relatou que não foi bem recebido pela coordenação da *Escola A*<sup>14</sup>, o que inviabilizou o desenvolvimento de sua atuação. Por isso, optou por contatar a *Escola B*, sendo por ela bem recebido. Dessa forma, começou a fazer atividades lúdicas, como gincanas, para discutir sobre temas como política, feminismo e afins. Entretanto, após um

---

<sup>14</sup>Da mesma maneira que na discussão sobre os movimentos de luta pela terra, decidimos não citar o nome das escolas onde as AJUP realizam ou pretendem realizar algum tipo de atuação.

tempo desenvolvendo tal atuação, as(os) ajupianas(os) perceberam que, na verdade, a pauta que unia toda a comunidade escolar era a construção do prédio que deveria funcionar como escola. Até então, as(os) estudantes tinham aulas em estruturas improvisadas, como contêineres. Por isso, o núcleo tentou consultar o andamento do processo de construção do novo prédio, todavia, não conseguiu muitas informações e, logo em seguida, teve suas atividades suspensas por causa da pandemia.

Durante o período de isolamento social, as(os) ajupianas(os) tentaram manter conexões com as(os) alunas(os) com as(os) quais atuavam. Contudo, tal tentativa se mostrou um desafio, já que muitas(os) estudantes não possuem celulares, computadores ou acesso à internet - fato que inviabilizou o contato à distância - e aumentaram sua carga de trabalho durante a pandemia. Apesar de tais limitações, marcaram reuniões através de uma plataforma virtual. O encontro, felizmente, teve adesão considerável, sendo nele debatidos temas relacionados às eleições e aos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo. Atualmente, a AJUP está empenhada em manter o contato com as(os) estudantes acessíveis e em conseguir informações das(os) que não estão, no intuito de acompanhar a situação social em que elas(es) se encontram e de buscar formas de ajudar, na medida do possível.

A atuação do NAJUP Pedro Nascimento junto às alunas e alunos secundaristas da rede pública de Goiânia e Região Metropolitana não estava desenvolvendo atividades presenciais mesmo antes do início da pandemia, em detrimento das férias escolares das(os) assessoradas(os) e das(os) integrantes do núcleo. Porém, nesse período a AJUP estava se articulando junto a escolas para desenvolver atividades regulares com as(os) estudantes destas, a fim de consolidar o projeto. Contudo, o estabelecimento das parcerias foi interrompido por causa da suspensão das aulas provocada pela pandemia da COVID-19, impossibilitando a realização de qualquer atividade.

Anteriormente, os trabalhos desenvolvidos pelo núcleo dentro de algumas escolas de bairros periféricos de Goiânia e cidades no entorno, baseavam-se na realização de rodas de conversa, oficinas lúdicas e atividades interativas que tinham como foco temas como racismo, violência policial e a importância da criação de grêmios estudantis dentro das escolas. As(os) ajupianas(os) relataram que tais atividades foram feitas em parceria com o Coletivo Quilombo, grupo que busca incentivar o fortalecimento e união estudantis através de sua organização em grêmios.

De forma semelhante ao relatado pelo NAJUP Josiane Evangelista, o grupo enfrentou dificuldades para iniciar a atuação dentro da *Escola C*, uma vez que a direção do local se opôs à presença do núcleo na escola. Todavia, as(os) estudantes manifestaram interesse em participar da roda de conversa na qual seriam debatidos os abusos de autoridade cometidos por policiais contra alunas(os) da região. Por esse motivo, a AJUP se organizou, junto às professoras e aos professores da escola, para realizar a oficina após o término do horário das aulas.

O próximo desafio enfrentado pelo grupo foi, nesse contexto, conduzir uma roda de conversa acerca da percepção da realidade, vulnerabilidade e violações nas quais as(os) estudantes estavam inseridas(os), tendo em vista que esta reunião seria o primeiro contato e a primeira atividade com as(os) presentes. A reunião seguiu-se com momentos de partilha de experiências e relatos de todas e todos; e problematizações acerca das histórias socializadas tanto pelas(os) ajupianas(os) quanto pelas(os) estudantes. A AJUP realizou outras duas atividades semelhantes a essa, sendo a última uma conferência realizada com alunas e alunos de três escolas diferentes.

### **4.3 Criminalização da pobreza, raça e segurança pública**

A pauta de segurança pública, raça e combate à criminalização da pobreza está presente nas atuações de três AJUP entrevistadas: NAJUP Aqualtune, NEP Flor de Mandacaru e SAJU USP.

No NAJUP Aqualtune, a frente surgiu já no final de 2019 e, por isso, basicamente toda a atuação foi feita na pandemia. De início, as(os) ajupianas(os) preocuparam-se com a intensificação da formação teórica e política sobre o tema, o que, segundo elas(es), é comum em todos os eixos. Assim, como parte de sua atuação, lançaram uma nota técnica sobre a segurança pública em Alagoas, Estado da AJUP. Logo, também surgiram demandas de familiares de presas(os) e reeducandas(os), o que exigiu do grupo a realização de atividades presenciais possibilitadas pelos contatos que o mesmo estabeleceu durante a pandemia.

Desde 2018, o NEP Flor de Mandacaru focava no acompanhamento das batalhas de *rap* realizadas em João Pessoa. O núcleo conta que tais batalhas começaram a acontecer em vários bairros da cidade, principalmente nos locais afastados do centro. Nesse sentido, por serem expressões culturais vinculadas à população periférica e que atraíam muitas pessoas, essas batalhas começaram a, também, “atrair” a atenção da polícia, fato que não tardou em se tornar



perseguição às(aos) frequentadoras(es). Por esse motivo, o NEP começou a ir às batalhas toda semana com o propósito de presenciar a atuação policial, apoiar as(os) presentes, e, na medida do possível, tentar intervir em favor delas(es). Ademais, no início de 2019, o núcleo tentou propor uma audiência pública com o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB), entretanto, em virtude da dificuldade de acesso ao Judiciário, tal atuação não foi viabilizada. Durante a pandemia, as batalhas foram suspensas, mas as perseguições policiais se intensificaram, de maneira que, inclusive, algumas/alguns líderes daquelas foram encontradas(os) mortas(os) dentro de suas casas. Em decorrência disso, as(os) ajupianas(os) tentaram marcar reuniões com as(os) organizadoras(es) e frequentadoras(es) para prestar apoio, mas não tiveram sucesso, uma vez que essas(es) se demonstraram desconfiadas(os), justamente por estarem sendo perseguidas(os).

As(os) entrevistadas(os) do SAJU USP relataram que a atuação do SAJU Cárcere possui várias particularidades e não conta com um movimento popular parceiro como referência. Destacaram que a pauta carcerária é muito fragmentada e que, politicamente, é mais viável atuar com pessoas ligadas a ela, mas não encarceradas - como familiares de detentas(os) - do que trabalhar a Educação Popular dentro dos presídios. Por essa razão, decidiram desenvolver um projeto de Educação Popular sobre direitos no cárcere com familiares de detentas(os). Todavia, mesmo com essas é difícil atuar, uma vez que não possuem conexão imediata entre si além de terem parentes encarceradas(os). Assim, é complicado formar um projeto consistente, tanto porque as pessoas são de regiões diferentes da cidade, quanto porque não há uma identidade comum entre elas e, por isso, o grupo abandonou o projeto. Desde 2018, a AJUP estava desenvolvendo a criação de um curso sobre abolicionismo penal na periferia da Grande São Paulo, mas, em razão da pandemia, perdeu a articulação e acabou abandonando esse projeto também. Dessa maneira, com o advento das medidas de isolamento social, focaram em divulgar o tema nas redes sociais, por meio de *lives* e vídeos.

#### **4.4 População em Situação de Rua (PSR)**

A AJUP Unesp-Franca possui uma frente única de atuação, que desenvolve suas atividades com a População em Situação de Rua (PSR). As(os) ajupianas(os) relataram que iniciaram o contato com a PSR em 2018, entendendo melhor a dinâmica de atuação com esse

grupo em 2019, quando começaram a promover rodas de conversa semanais no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) de Franca - SP. Nelas, discutiam sobre política, na intenção de fundar um núcleo do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) na cidade até o fim do ano. Entretanto, entenderam que ainda não era o momento de formar o núcleo, deixando esse objetivo para 2020, mas, em razão do isolamento social, este não pôde ser realizado. As(os) membros informaram que a pandemia trouxe novas demandas para a AJUP, visto que a prefeitura de Franca intensificou o ataque ao Centro POP, que, atualmente, sequer possui um espaço físico. A antiga sede foi fechada para reforma e transferida para uma quadra de um colégio da cidade, onde também não está funcionando. Além disso, a prefeitura não distribuiu máscaras à PSR e o fornecimento de sabonetes e absorventes foi interrompido. Por isso, as(os) ajupianas(os) estão tentando se mobilizar contra o desmonte ao Centro POP, mas o atual contexto sanitário dificulta essa luta, visto que a maioria das(os) membros da AJUP não é de Franca e voltou para sua cidade de origem. Ademais, durante a pandemia, o grupo compôs um projeto conjunto entre extensões populares da universidade, no qual arrecadaram e distribuíram cestas verdes para as famílias do Cadastro Único de Franca. Com o crescimento do projeto, as(os) integrantes da AJUP elaboraram panfletos em linguagem popular sobre a COVID-19 e a realidade das famílias atendidas.

O NAJUP Pedro Nascimento desenvolve sua atuação junto à PSR de duas maneiras: a) em parceria com o MNPR e; b) em atividades promovidas no Centro POP de Goiânia. Em apoio ao MNPR, a AJUP auxilia o movimento na organização de encontros, palestras, rodas de conversas e atividades de articulação do mesmo, como o Encontro de Formação da População de Rua de Goiás. Ademais, em relação às atuações no Centro POP, a AJUP, a cada quinze dias, fazia visitas ao local, desenvolvendo, em cada uma delas, atividades lúdicas e interativas (como oficina de confecção de cartazes, cine-debates, jogos e rodas de conversa) que pautavam temas recorrentes entre a população em situação de rua.

Contudo, assim como em todas as outras AJUP, as atuações do núcleo foram interrompidas no início de março de 2020. Dessa maneira, o contato entre a AJUP e a PSR ficou enfraquecido, já que essa população tem dificuldade de acesso a equipamentos eletrônicos, como celulares e à internet. Assim, a atuação do núcleo se tornou mais pontual, focada em participar e ajudar em campanhas de arrecadação de produtos de higiene e alimentos, além de auxiliar em demandas advindas do MNPR.

#### 4.5 Comunidades tradicionais e quilombolas

Uma das frentes do SAJU USP, o SAJU Tuíra, desenvolve atuações junto a comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas, em São Paulo. Em relação às atividades desenvolvidas junto a uma aldeia indígena, as(os) entrevistadas(os) relataram que, antes do início da pandemia, estavam elaborando um roteiro para um vídeo, surgido da necessidade de abordar questões referentes à violência doméstica no contexto da aldeia. Além disso, também tinham o intuito de organizar um teatro do oprimido no local, porém tiveram que interromper suas atividades em detrimento das medidas de segurança relativas ao coronavírus. O grupo contou que a inviabilidade das visitas à comunidade provocou o enfraquecimento do contato entre AJUP e população local.

Dentro do mesmo eixo, a AJUP acompanha o *Quilombo 1*, localizado em um município de São Paulo, fazendo visitas (agora suspensas) aos moradores e, para preparar as atividades desenvolvidas, reuniões internas semanais. O grupo relatou que o quilombo é, infelizmente, vítima de várias invasões e criminalizações por parte do Estado e da sociedade civil em geral e, por esse motivo, as(os) ajupianas(os) estão tentando aumentar a rede de apoio à comunidade.

As(os) entrevistadas(os) contaram que no início da pandemia a frente estava se mobilizando para propor uma disciplina em sua faculdade sobre direitos indígenas e comunidades tradicionais, contudo, surgiram demandas mais importantes, limitando-as(os) a dar sequência no projeto.

O NAJUP Cabano desenvolve atuações com comunidades tradicionais localizadas na porção Oeste do Pará. As(os) entrevistadas(os) relataram que, em uma atuação conjunta de pesquisa e extensão, visitavam uma reserva extrativista do local, na qual participavam de assembleias e dialogavam sobre os direitos das comunidades por meio da Educação Popular. As(os) ajupianas(os) contaram que a reserva é muito isolada e, portanto, há dificuldade de acesso a ela, assim como de acesso à cidade por aquelas(es) que moram nela. Por essa razão, a pandemia levou as(os) moradoras(es) da reserva a optarem por restringir a entrada de outras pessoas no território, a fim de evitarem o contágio da COVID-19. Em consequência, as atividades de campo da AJUP foram suspensas.

#### 4.6 Saúde mental

O NAJUP Josiane Evangelista compartilhou que, em geral, pessoas com transtornos mentais são tratadas como incapazes e que, por isso, a AJUP posiciona a sua atuação no sentido de que os sujeitos reconheçam-se como independentes e autônomos. Nesse sentido, as(os) entrevistadas(os) relataram que auxiliam na formação de uma associação dos indivíduos atendidos no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), na qual pautam a economia solidária entre as(os) integrantes, que produzem artesanato e vendem em uma feira de Jataí - GO. Na associação, as(os) ajudantes(as) incentivaram a criação de coordenações relativas a cada ponto (financeiro, comunicação, etc.), a fim de descentralizar a organização, que estava concentrada na presidência, fortalecendo a autonomia do grupo. Com o início da pandemia, a ligação com a comunidade foi afetada, porque as atuações presenciais tiveram que ser interrompidas e a AJUP enfrenta dificuldades de comunicação digital com as(os) membros da associação, em detrimento da limitação de acesso e manuseio de tecnologias por parte dessas(es). Em situação semelhante à enfrentada pela AJUP Unesp-Franca, o NAJUP Josiane Evangelista informou que a rede de atendimento a pessoas com transtornos psicossociais de Jataí é muito precária e lida com um processo de sucateamento. Durante a pandemia, uma sede do CAPS foi transferida para um local afastado da cidade, de difícil acesso. Dessa maneira, as(os) entrevistadas(os) relataram que estão esforçando-se para manter o máximo de contato as(os) assessoradas(os) que conseguirem, a fim de demonstrar que elas(es) não estão sozinhas(os) neste momento difícil.

##### **5) Divulgação e produção como elementos importantes para o registro histórico das AJUP e como formas seguras de continuar atuando na pandemia**

Como já exposto, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem o tripé da educação superior sendo, teoricamente, indissociáveis. Por esse motivo, em cada uma dessas esferas há (ou deveria haver) o incentivo ao desenvolvimento de atividades que contemplem umas as outras a fim de que a(o) discente tenha uma experiência acadêmica completa. Dessa maneira, dentro das AJUP, a produção científica é estimulada não apenas como forma de proporcionar o desenvolvimento acadêmico das(os) integrantes nas outras áreas, mas também como maneira de divulgar e registrar o histórico de atuações promovidas pelo grupo, garantindo a visibilidade das AJUP nos espaços sociais e acadêmicos que ocupa (OLIVEIRA, 2010, p. 121).

Na atual conjuntura, a produção de artigos científicos, panfletos, cartilhas, documentários e cursos relacionados à AJP ou a atuações desenvolvidas por ela, foi uma forma alternativa de atuação encontrada pelas AJUP. Nesse sentido, em relação aos grupos do Sudeste, a AJUP Unesp-Franca relatou que participou da confecção de panfletos com informações sobre a COVID-19 e sobre a realidade das famílias atendidas pelo núcleo. Já as(os) membros do NAJUP Gabriel Pimenta, dedicaram-se à elaboração de um relatório acerca da segurança alimentar em Juiz de Fora, cidade do grupo. Em relação ao Centro-Oeste do país, o NAJUP Josiane Evangelista, em parceria com outras universidades<sup>15</sup>, articulou-se para a construção do conjunto de seminários com o tema *Curricularização da Extensão Universitária em Direito: debates e experiências*. Enquanto isso, a frente de atuação junto à PSR do NAJUP Pedro Nascimento preparou um curso à distância destinado às pessoas que trabalham/atuem ou possuem interesse em trabalhar/atuar com a PSR. Vale ressaltar, ainda, que as AJUP do Cerrado estão, de forma conjunta, formulando um novo curso de formação à AJP para as(os) universitárias(os) da Cidade de Goiás (GO).

No Norte, o NAJUP Cabano tem dedicado-se à elaboração de artigos científicos pautados nas atuações por ele desenvolvidas, sendo que, no início da pandemia, finalizaram e lançaram o documentário *9 dias e nove noites*<sup>16</sup>. Ademais, atualmente estão escrevendo um livro contando a história de sua AJUP. Já o grupo sulista, MAJUP Isabel da Silva, está estruturando um livro de memórias da AJP, escrito a partir de relatos colhidos em entrevistas que estão realizando com advogadas(os) populares. Além disso, o núcleo também está no processo de construção de um curso acerca da questão agrária. Por fim, no Nordeste, o NAJUP Aqualtune concentrou-se em redigir e publicar uma nota técnica acerca da violência policial, da letalidade e do encarceramento. Já o NAJUP Negro Cosme, em comemoração aos 20 anos<sup>17</sup> da AJUP, realizou o *III Colóquio NAJUP Negro Cosme - 20 anos de Educação Popular em Direitos Humanos*, propondo-se a resgatar as memórias do núcleo e a fazer reflexões acerca das

---

<sup>15</sup>Comissão organizadora: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto de Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC): Profa. Luana Renostro Heinen; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS): Prof. Elton Fogaça da Costa; Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS): Prof. Diego Augusto Diehl; Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB): Prof. Danilo Christiano Antunes Meira; Universidade Federal do Maranhão (UFMA): Prof. Ruan Didier Bruzaca; UNDB Centro Universitário (MA): Prof. Arnaldo Vieira de Sousa; SAJU/UFSC: Guilherme Cidade Soares, Gabriela Pinheiro, Pietra Inácio, Aline Amábile, Leonardo Moretto, Luísa Neis Ribeiro; PET/DIREITO/UFSC.

<sup>16</sup>Assista ao documentário das companheiras e companheiros do NAJUP Cabano em <https://www.youtube.com/watch?v=aRrTn512Xyw>.

<sup>17</sup>Às companheiras e aos companheiros do NAJUP Negro Cosme, nossos cumprimentos pelos 20 anos do Núcleo. Resistência, luta e emancipação! Seguimos juntas e juntos!

temáticas vinculadas à atuação na práxis emancipatória das AJUP, conforme informado em folder de divulgação do evento.

## 6) A questão da assistência

*“A gente faz hortinha, a gente briga com defensor, a gente briga com juiz. A gente não é defensoria, mas a gente também não é o povo que só faz palestra”<sup>18</sup>*

O debate acerca do desenvolvimento de atividades de assistência jurídica e/ou social pelas AJUP constitui uma polêmica na RENAJU há mais de uma década. Trata-se de uma longa discussão que não encontrou um consenso entre as AJUP, sendo, ainda hoje, pauta de grande discordância entre as integrantes da Rede. Os relatos colhidos nas entrevistas apontaram que essa divergência ocorre, também, em razão de uma certa resistência em atuar com o direito, de um déficit de alinhamento teórico acerca da diferenciação entre assistência e assistencialismo e da perspectiva de que o trabalho assistencial pode suprimir o de assessoria.

A partir das entrevistas, notamos que, questionados sobre a prática de assistência pelas AJUP, quatro grupos utilizaram, em suas respostas, os termos “assistência” e “assistencialismo” como sinônimos. Entretanto, como alude Ana Lia Almeida (2016, p. 188) “um trabalho de assistência jurídica não implica necessariamente em assistencialismo”. Isso porque a opção de desenvolver atividades de assistência, quer jurídica, quer social, “depende do tipo de compromisso que se estabelece com os sujeitos ao lado dos quais a AJUP se coloca”. Portanto, é possível que as AJUP também atuem com a perspectiva assistencial sem cair no assistencialismo, desde que não transformem os sujeitos, aos quais essa prática é direcionada, em objeto passivo que não participa “do processo de sua própria recuperação” (FREIRE, 1967, p. 56), isto é, de sua emancipação. Enquanto o assistencialismo tem fim em si mesmo, a prática de assistência jurídica consiste em compartilhar suporte técnico e teórico acerca de temas historicamente relegados à classe popular. Assim, a assistência, tanto jurídica como social, cumpre um importante papel de criação de laços e de relação de confiança entre as AJUP e as(os) comunidades/movimentos, essenciais à prática de assessoria.

A resistência de parte das AJUP em atuar com a assistência deriva de um certo receio de que suas práticas “caiam” no assistencialismo e de que essa atuação atrapalhe as atividades de

---

<sup>18</sup>Declaração feita por uma entrevistada, integrante do NAJUP Aqualtune.



assessoria baseadas na Educação Popular. As(os) integrantes do MAJUP Isabel da Silva pontuaram que não discutiram muito sobre a prática de assistência durante a pandemia, mas que, há alguns anos, o nome do grupo foi alterado justamente para se desvincularem da visão de assistência. Ressaltaram que talvez outras AJUP estejam adotando uma prática mais assistencialista, mas que ainda é necessário visar a assessoria, pautada na troca de saberes. Com pensamento semelhante, as(os) membros do NAJUP Cabano entendem que não deve haver confusão entre assistência e assessoria. Destacam que a prática de assistência não é, por si só, problemática, mas que existem outros grupos na universidade que a desenvolvem, não cabendo ao NAJUP essa função. Com opinião similar, as(os) ajupianas(os) do NEP Flor de Mandacaru também entendem que não há problemas na prática de assistência, mas que ela não deve ser desenvolvida pelas AJUP.

O NAJUC relatou que sempre foi mais voltado para a assessoria, se distanciando do papel de assistência e de uma atuação mais jurídica. Por outro lado, apontou que a pandemia dificultou a atuação da assessoria popular, de maneira que, em algumas situações, pode ser necessária uma atuação técnica, mas que ainda seja pautada na assessoria popular.

Sob outra perspectiva, as(os) entrevistadas(os) do NAJUP Pedro Nascimento observam que a assessoria é ampla e pode abarcar em seu desenvolvimento a prática da advocacia militante (e portanto, de assistência), justamente por causa de seu compromisso político com o povo, com vistas à emancipação social. Principalmente em tempos de exceção, como o provocado pela pandemia, a prática de assistência tem o propósito de reafirmar tal compromisso. Não basta dar seguimento a atuações que visam uma emancipação coletiva, sendo que grande parte das(os) envolvidas(os) não dispõe das mínimas condições de sobrevivência. Não dá para nos limitarmos à realização de rodas de conversa quando o que uma comunidade realmente precisa é de apoio jurídico para evitar seu despejo. É nessa linha de pensamento que uma das entrevistadas, integrante do NAJUP Josiane Evangelista, advertiu que uma AJUP deve sempre observar quais são as pautas que as comunidades/movimentos consideram centrais para aquele momento, pois não adianta discutir sobre união e emancipação coletivas quando a comunidade precisa de um ponto de ônibus ou de cesta básica.

A AJUP Unesp-Franca relatou que a prática de assistência sempre esteve presente em sua atuação, apesar de nunca ter sido o principal objetivo e, que constitui, também, uma maneira de se aproximar da população com a qual atua. Na mesma direção, as(os) integrantes do NAJUP Gabriel Pimenta entendem que a assistência é importante para estabelecer uma ligação, mas

que a atuação das AJUP não pode se resumir a ela. Sendo assim, como opina uma membro do NAJUP Aqualtune, o papel central das AJUP é elencar o que podemos fazer a partir das demandas vindas dos sujeitos com os quais atuamos, propondo-nos a atuar também no campo jurídico, mas não resumindo-nos a ele.

## CONCLUSÃO

Como dito anteriormente, as AJUP possuem um importante papel de resistência e combate às instituições opressoras da sociedade de classes e de apoio à luta popular na conquista e efetivação de direitos. Para tal, desenvolvem suas atuações formando parcerias junto a comunidades e movimentos sociais, construídas a partir do estabelecimento de uma relação dialógica de confiança, horizontalidade, amorosidade e criticidade.

A pandemia da COVID-19, entretanto, impactou o cotidiano das AJUP de tal modo que essas tiveram que se reinventar, adaptando seus métodos de atuação a fim de desenvolverem novas maneiras de manterem-se conectadas às comunidades e aos movimentos sociais assessoradas(os). Nesse contexto, a totalidade dos grupos entrevistados relatou que a paralisação das atividades presenciais, decorrida da crise sanitária, implicou em uma série de desafios e limitações. Isso porque as AJUP tiveram que aderir, quase exclusivamente, a conexões digitais para dar continuidade as suas atuações, o que resultou no enfraquecimento dos laços entre os núcleos e as(os) comunidades e/ou movimentos. Vale ressaltar que algumas dessas conexões foram ainda mais prejudicadas, uma vez que muitos grupos assessorados não possuem acesso facilitado à internet, a aparelhos eletrônicos ou sequer aos espaços urbanos mais próximos de onde se encontram.

Ademais, as AJUP também enfrentam desafios internos: muitas(os) membros, por questões de saúde, física e/ou mental, tiveram que se afastar de seus núcleos; outras(os), por morarem em locais de difícil conectividade e/ou em cidades diferentes da universidade, à qual o núcleo se vincula, afastaram-se das atividades desenvolvidas durante o período de distanciamento. Além disso, um entrevistado do SAJU USP compartilhou que a distância física entre as(os) integrantes também constitui um desafio à organização interna dos grupos, uma vez que as AJUP sempre foram espaços construídos a partir da proximidade entre as(os) integrantes, companheirismo, carinho e afeto, o que foi limitado pelo isolamento social. Todos

esses fatores, infelizmente, contribuem para o processo de desarticulação dos núcleos entrevistados.

Apesar de tais desafios e limitações, as AJUP encontraram maneiras alternativas para dar prosseguimento aos seus trabalhos. Nesse sentido, foi recorrente entre os grupos entrevistados a elaboração de artigos científicos, cursos de formação para entrada de novas(os) integrantes e seminários para a comunidade externa. Ademais, outra forma encontrada pelos núcleos para promover a aproximação e intensificar a formação teórica das(os) membros foi através da organização de grupos de estudos. Por fim, não podemos deixar de destacar que muitos núcleos participaram de campanhas de apoio à luta popular, seja através da arrecadação de alimentos e produtos de higiene, seja através de campanhas de cunho jurídico-assistencial.

Vale ressaltar que, embora as(os) ajupianas(os) sintam-se felizes por encontrarem maneiras alternativas de manter alguns trabalhos dos grupos, essas(es) demonstraram sentir saudades de efetivamente *fazer AJUP*, isto é, de retornarem à atuação presencial, com contato pessoal e desenvolvimento de laços com as(os) assessoradas(os). Além disso, também manifestaram o desejo de fortalecer a RENAJU, concretizando ações conjuntas, retomando os encontros anuais - assim que o contexto sanitário permitir - e, enfim, reavivando o *Tesão* entre as AJUP.

Sabemos que somos plurais em nossas ações, projetos e organizações internas. Porém, nossos propósitos, posicionamentos e compromissos com o povo colocam-nos juntas e juntos na mesma luta. Sigamos como resistência nestes tempos difíceis.

*Plantemos novas sementes,  
colhemos frutos maduros,  
rompamos todas as frentes  
e obstáculos futuros.*

*Sejamos mais conscientes e, juntos, onipotente,  
prostremos todos os muros*

*Do teu, para sempre,  
Eugênio -14/04/71*

(LYRA, Eugênio. **Eugênio Lyra presente**. 1981)

## REFERÊNCIAS

AATR, Associação de Advogados(as) de Trabalhadores(as) Rurais. **Eugênio Lyra Presente**. Artes Gráficas e Indústria LTDA. Salvador – BA. 1981.

ALMEIDA, Ana Lia. **Junto aos esfarrapados do mundo: a educação popular da Assessoria Jurídica Universitária Popular.** In: Revista InSURgência. Brasília, 2016, p. 159-193.

\_\_\_\_\_. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular.** João Pessoa: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

BRASIL. **Painel Coronavírus, 2020.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES 7/2018.** Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DIEHL, Diego Augusto. **Metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (ANDHEP), 5. Anais. Belém – PA, 2009. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/images/downloads/encontros/anais/vencontro/gt2/gt2p04.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos – Parte 2.** In: SEMINÁRIO DIREITO, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2. Anais. IPDMS. Cidade de Goiás, 2013, p. 1021-1047.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

GÓES JUNIOR, José Humberto de. **Carta sobre a práxis de ensinar/aprender/transformar – para superar o “eu” e o “outro” da educação popular, da extensão popular e da assessoria jurídica popular.** In: Revista InSURgência. Brasília, ano 2, v.2, n.2, 2016, p. 291-319.

MIRANDA, Carla; MOREIRA, Érika Macedo; ROCHA, Rogério Fernandes. **A Assessoria Jurídica Popular como instrumento de transformação social em face da crise do estado.** Revista da Faculdade de Direito da UFG, 32(2), 39/52. <https://doi.org/10.5216/rfd.v32i2.12137>

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Assessoria Jurídica Universitária Popular: bases comuns para rumos diferentes.** In: Direito e Práxis. [S. l.], v. 1, ed. 1, 2010, p. 110-126. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/1144/5067>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

RENAJU. **Estatuto do Tesão**. In: Revista InSURgência. Brasília, ano 2, v.2, n.2, 2016, p. 460-462.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria Jurídica Popular Universitária e Direito Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1988-2008)**. Porto Alegre: Monografia para obtenção do grau de especialista em Direitos Humanos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito Insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)**. Florianópolis: Monografia para obtenção do grau mestre em Filosofia e Teoria do Direito - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. [S.I.]: Cortez, 2004.

Submetido em 18/12/2020.

Aprovado em 29/01/2021.